PROPOSTA DE INTERVENÇÃO SALA TILÁPIA — 4ª CNAP

Documento de leitura ampliada | Brasília, 11 a 13 de novembro de 2026

Proponente: Lícia Melo
Representação: Delegada da Aquicultura por Sergipe e presidente da Associação Aquicultura 360
Sala: 6 — Tilápia | Aquicultura
Eixo 1: Valorização da Pesca Artesanal, Povos e Comunidades Tradicionais
Eixo 7: Equidade de Gênero e Valorização das Mulheres

1. PROPOSTA CENTRAL

Mulheres das Águas: Fortalecimento da Aquicultura Familiar, das Organizações Comunitárias e do Protagonismo Feminino

A proposta defende a criação e o fortalecimento de mecanismos permanentes de apoio às mulheres que atuam na aquicultura e na pesca, com atenção especial às associações comunitárias e aos territórios produtores.

A partir da experiência da Associação Aquicultura 360, em Areia Branca, Sergipe, a intervenção busca transformar demandas locais em políticas públicas nacionais, contemplando acesso ao crédito, assistência

técnica, capacitação, inovação, comercialização, proteção social e participação das mulheres nas decisões do setor.

A proposta também reconhece a importância das organizações comunitárias para a preservação dos conhecimentos tradicionais, a sucessão geracional e o desenvolvimento sustentável.

2. FALA PARA APRESENTAÇÃO — CERCA DE 3 MINUTOS

MULHERES DAS ÁGUAS: QUEM PRODUZ ALIMENTO TAMBÉM PRECISA PARTICIPAR DAS DECISÕES

Bom dia a todas e todos.

Sou Lícia Melo, delegada da aquicultura pelo estado de Sergipe e presidente da Associação Aquicultura 360, localizada em Areia Branca, na região da Barragem de Jacarecica II.

Trago a esta conferência a experiência de uma associação com 26 anos de história, que reúne 23 famílias da aquicultura, 22 pescadores e 40 famílias vinculadas ao artesanato.

Mas não estou aqui apenas para apresentar números. Estou aqui para falar de pessoas, de territórios, de mulheres e de famílias que precisam de oportunidades para continuar produzindo e vivendo com dignidade.

A aquicultura não começa e termina dentro de um tanque-rede. Ela envolve trabalho, alimentação, conhecimento, comercialização, meio ambiente, tecnologia e desenvolvimento comunitário.

E nesse processo existe uma força que precisa ser cada vez mais reconhecida: a força das mulheres das águas.

Mulheres que trabalham, empreendem, administram, comercializam, preservam tradições e contribuem para a segurança alimentar do nosso país.

Entretanto, reconhecer sua importância não é suficiente. Precisamos garantir que elas tenham acesso às políticas públicas, à formação profissional, ao crédito, à tecnologia e aos espaços onde as decisões são tomadas.

Por isso, defendo que esta conferência priorize políticas permanentes de fortalecimento das mulheres na aquicultura e na pesca, com mecanismos específicos de apoio às associações e cooperativas comunitárias.

Precisamos de assistência técnica continuada, capacitação em gestão, inovação, agregação de valor, infraestrutura e canais de comercialização que aproximem a produção familiar dos mercados.

Também precisamos reconhecer que uma associação não é apenas um CNPJ. É uma estrutura coletiva que organiza pessoas, representa comunidades, preserva

conhecimentos e cria oportunidades onde muitas vezes o poder público não consegue chegar sozinho.

Em Sergipe, buscamos integrar aquicultura, pesca artesanal, artesanato, gastronomia, cultura e formação profissional. Essa experiência demonstra como o desenvolvimento pode ser construído a partir das potencialidades de cada território.

Defendo ainda que as mulheres participem efetivamente da elaboração, execução e avaliação das políticas públicas do setor.

Que os resultados desta conferência não fiquem restritos a documentos. Que sejam acompanhados por metas, orçamento, responsabilidades institucionais e participação social.

Porque a mulher que ajuda a alimentar o Brasil também precisa ter voz para decidir o futuro das águas.

Fortalecer as mulheres é fortalecer a aquicultura. Fortalecer as associações é fortalecer os territórios. E transformar essas prioridades em políticas permanentes é construir o futuro que viemos defender nesta conferência.

Muito obrigada.

3. SUGESTÕES DE EMENDAS PARA VOTAÇÃO

Estas são propostas de redação, sujeitas às regras da mesa e à correspondência com as propostas efetivamente incluídas no caderno da Sala Tilápia.

Eixo 7 — Mulheres

Garantir prioridade de acesso das mulheres da aquicultura e da pesca artesanal às políticas de crédito, assistência técnica, capacitação e comercialização.

Eixo 7 — Participação

Instituir mecanismos de participação efetiva das mulheres nas instâncias de governança, com metas de representação e acompanhamento público.

Eixo 7 — Autonomia econômica

Apoiar empreendimentos coletivos liderados por mulheres, inclusive em beneficiamento do pescado, gastronomia e atividades complementares.

Eixo 1 — Organizações comunitárias

Criar instrumentos de apoio técnico e institucional às associações de pescadores e aquicultores, respeitando suas características territoriais.

Eixo 1 — Saberes tradicionais

Financiar iniciativas comunitárias de preservação de ofícios tradicionais, formação intergeracional e valorização da cultura pesqueira.

Redação consolidada sugerida

Incluir, nas políticas nacionais de pesca e aquicultura, mecanismos permanentes de apoio às mulheres e às organizações comunitárias, assegurando assistência técnica continuada, formação profissional, acesso a crédito e infraestrutura, inclusão tecnológica, fortalecimento da comercialização e participação efetiva nas instâncias decisórias, com prioridade para territórios de maior vulnerabilidade socioeconômica e respeito aos conhecimentos tradicionais, à sustentabilidade ambiental e às diversidades regionais.

4. MINUTA DE MOÇÃO DE APELO

PELO FORTALECIMENTO DAS MULHERES DA AQUICULTURA E DA PESCA E DAS ORGANIZAÇÕES COMUNITÁRIAS BRASILEIRAS

À Plenária Final da 4ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca

As delegadas e os delegados signatários desta moção, reunidos na 4ª Conferência Nacional de Aquicultura e

Pesca, em Brasília, entre os dias 11 e 13 de novembro de 2026, manifestam apoio à construção de políticas públicas permanentes que reconheçam e fortaleçam a participação econômica, social e institucional das mulheres da aquicultura e da pesca.

Considerando a contribuição dessas trabalhadoras para a produção de alimentos, a geração de renda, a segurança alimentar, a preservação dos conhecimentos tradicionais e a sustentabilidade dos territórios;

Considerando os desafios enfrentados pelas associações e organizações comunitárias para acessar recursos públicos, assistência técnica, infraestrutura, tecnologia e mercados;

Considerando a necessidade de assegurar a participação efetiva das mulheres nas decisões sobre políticas públicas de pesca e aquicultura;

Manifestamos nosso apelo ao Ministério da Pesca e Aquicultura, ao Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca e aos demais órgãos públicos competentes para que:

1. Promovam políticas permanentes de fortalecimento econômico e institucional das mulheres da aquicultura e da pesca, com instrumentos específicos de acesso a crédito, assistência técnica, formação e comercialização.

2. Ampliem o apoio às associações e cooperativas comunitárias, incluindo orientação para regularização documental, elaboração de projetos, participação em editais e acesso a investimentos públicos.

3. Incentivem programas de formação profissional, tecnologia e inovação adaptados à realidade das comunidades produtoras, valorizando os saberes tradicionais e a participação de jovens e mulheres.

4. Estabeleçam mecanismos de participação feminina na formulação, execução, monitoramento e avaliação das políticas públicas do setor.

5. Fortaleçam iniciativas territoriais que integrem aquicultura, pesca artesanal, beneficiamento do pescado, gastronomia, artesanato, cultura e turismo sustentável.

6. Instituam mecanismos transparentes de acompanhamento das ações, com indicadores de participação feminina, atendimento às organizações comunitárias e resultados socioeconômicos.

Esta moção toma como referência a experiência da Associação Aquicultura 360, no município de Areia Branca, Sergipe, e reconhece que desafios semelhantes estão presentes em diferentes regiões brasileiras.

Fortalecer as mulheres das águas e suas organizações é investir em segurança alimentar, desenvolvimento

sustentável, justiça social e continuidade das políticas públicas.

Brasília, 12 de novembro de 2026.

Proponente: Lícia Melo
Delegada da Aquicultura — Sergipe
Presidente da Associação Aquicultura 360

Assinaturas: utilizar o formulário oficial da conferência.

5. ESTRATÉGIA DE APRESENTAÇÃO E APOIO

1. Antes das 8h30, apresentar a proposta a delegadas da Sala Tilápia e buscar apoiadoras.

2. Durante os debates, defender as emendas relacionadas às propostas efetivamente em votação.

3. Nos intervalos, ampliar a articulação com delegados de outras salas e estados, sem perder as votações da sua sala.

4. Conferir com a coordenação o número de assinaturas exigido e utilizar o formulário oficial.

5. Entregar a moção até as 18h do dia 12 de novembro, solicitando confirmação do recebimento.

Segundo a Central dos Participantes, a entrega de moção exige assinaturas de pelo menos 20% dos delegados credenciados. Se mais de 50% assinarem, a moção torna-se prioritária para leitura integral na plenária final.

6. REFERÊNCIAS E OBSERVAÇÕES

A proposta dialoga com o Documento Base e os temas da 4ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca.

Guia do participante: https://www.gov.br/mpa/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/conferencias/4o-conferencia/4-cnap-guia-do-participante-digital.pdf

Documento Base: https://www.gov.br/mpa/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/conferencias/4o-conferencia/4-cnap-doc-base-digital_compressed.pdf

Documentos da conferência: https://drive.google.com/drive/folders/1BmTJNS_Qq_ZnegnVyQsC87jEo2jJEKTn?usp=sharing

Importante: as emendas e a moção são minutas para apresentação, não documentos já protocolados ou aprovados. É necessário conferir o caderno de 16 páginas da Sala Tilápia, os números das propostas e as regras da mesa.